

## DESAFIOS E SUCESSOS: O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS ATÍPICOS

Kélem Costa Dos Santos <sup>1</sup>

Nathalie Santana Andrade Haussler <sup>2</sup>

Marcinete Ferreira Moreira <sup>3</sup>

Selma Gomes Da Silva <sup>4</sup>

Janielle Da Silva Melo <sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

A educação de alunos atípicos apresenta desafios significativos que vão além do ambiente escolar, influenciando diretamente as relações familiares e o desenvolvimento acadêmico e emocional desses estudantes. Nesse contexto, a colaboração entre a escola e a família é essencial para a construção de estratégias educacionais individualizadas. Professores e pais juntos podem desenvolver planos de ensino personalizados que atendam melhor às necessidades específicas dos alunos atípicos, promovendo, assim, um aprendizado eficaz. “Quanto mais precoce for a intervenção da escola, maiores as chances de sucesso de aprendizagem e desenvolvimento de suas competências com autonomia” (Haussler, Silva e Silva, 2023, p.02).

Diante dessa realidade, este estudo visa a abordar a importância da interação entre família, escola e aluno atípico, com foco na experiência vivenciada em uma escola na cidade de Macapá, no Estado do Amapá. Compreender as nuances dessas relações e suas implicações para o processo educacional é fundamental para promover a inclusão. Portanto, o presente estudo almeja contribuir com reflexões e estratégias de apoio à educação de alunos atípicos, reconhecendo, sobretudo, o papel essencial da família nesse processo.

### REFERENCIAL TEÓRICO

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Mestrado profissional em Educação Especial Inclusiva - da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, [dossantoskc@hotmail.com](mailto:dossantoskc@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Mestrado profissional em Educação Especial Inclusiva - da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, [lie\\_andrade@hotmail.com](mailto:lie_andrade@hotmail.com);

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Mestrado profissional em Educação Especial Inclusiva - da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, [marcinetefm@gmail.com](mailto:marcinetefm@gmail.com);

<sup>4</sup> Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Especial Inclusiva - PROFEI da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, [selma@unifap.br](mailto:selma@unifap.br);

<sup>5</sup> Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Especial Inclusiva - PROFEI da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, [janiellemelo@unifap.br](mailto:janiellemelo@unifap.br).

De acordo com as legislações que versam sobre a educação especial do Brasil, um aluno atípico é aquele que apresenta necessidades educacionais especiais. Em razão disso necessita de adaptações curriculares e metodológicas para que possam ter acesso, participação e aprendizado efetivo no ambiente escolar, em igualdade de condições com os demais estudantes. As necessidades desses alunos podem decorrer de diversas condições, incluindo, mas não se limitando a: Deficiências, tais quais visual, física, auditiva, intelectual, múltipla, entre outras; Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas habilidades/superdotação.

Essas legislações são amplas e incluem dispositivos constitucionais, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), com destaque para o artigo 58 o qual define a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos atípicos, e o artigo 59, que assegura currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades desses educandos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual, no artigo 54, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE), que traz na Meta 4: a universalização, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) tem resoluções específicas e decretos que regulamentam a educação inclusiva. Um exemplo importante é o Decreto nº 7.611/2011, que estabelece a educação especial como modalidade transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, e assegura que os alunos com deficiência tenham direito ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e a Resolução nº. 48/ CEE/AP reforça a necessidade de uma escola inclusiva, que torne acessíveis seus métodos, recursos e organização para atender a todos os alunos, incluindo os atípicos, de forma a promover o desenvolvimento integral e a autonomia desses estudantes.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como qualitativo. A coleta dos dados foi realizada por meio de observações e anotações em diário de campo no momento do encontro pedagógico

realizado com a participação de vinte pais/responsáveis de alunos atípicos matriculados no segundo turno e trinta e três profissionais que compõem o corpo técnico e administrativo da escola de ensino fundamental da zona sul da cidade de Macapá no primeiro semestre de 2024.

O encontro pedagógico foi organizado com o intuito do corpo técnico conhecer o aluno através da troca de experiências entre os pares. O professor “mediador” apresentava um slide com o perfil (foto, nome, turma, diagnóstico/laudo) do aluno atípico e direcionava a palavra ao pai ou responsável para fazer um breve relato. Após essa fala podia haver ou não troca de informações referente a ocorrência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados a seguir são referentes a vinte e quatro alunos e foram agrupados nas seguintes variáveis: diagnóstico, áreas de habilidades, emoções/traços de personalidade e desafios. Sendo que as variáveis podem-se relacionar a um único aluno ou a mais de um.

Quanto ao diagnóstico: 25% com TEA; 16,66% em investigação (dislexia, Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), TEA, altas habilidades); 8,33% para cada Deficiência Intelectual (DI), altas habilidades, dislexia, TEA/TDAH e soma-se 24,95% para Síndrome de Down, DI/TDAH, TEA/TDAH/Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), TEA/TDAH/Transtorno desafiador opositor (TOD), TDAH e TEA/TPAC.

Para áreas de habilidades foram citados os seguintes itens: identifica vogais e pinta; completa raciocínio e escreve bem; soletra/faz trabalho/escreve bem; seletividade em amizades; autonomia nas atividades em língua portuguesa e discernimento matemático; postura verbal adulta; aprendizado de outros idiomas; gosta de geografia/história; resolve divisão mentalmente/ tem domínio de palavras e autonomia; gosta de futebol; possui ótima oratória; sabe desenhar e interpreta na oralidade; é alfabetizado.

Emoções/traços de personalidade: carinhosa(o), ansiedade, nervosismo, ciúme, violenta, não gosta de ser confrontada, obediente, amorosa, gosta de ajudar, gosta de ter a confiança conquistada, comunicativa, bravo, tranquila, mudança de humor com facilidade, seletividade na amizade, prestativa, introspectiva, tímida e gosta de celebridades.

Desafios: letramento, trabalhar as emoções, plano de intervenção para adaptação em sala de aula, socialização, melhorar a grafia, aprendizado e escrita, uso do adaptador para a escrita e desenho, leitura, sensibilidade ao som, dificuldade de adaptação ao novo.

Esses dados retratam a complexidade e a variedade das características individuais presentes no ambiente escolar e revelam uma variedade impressionante de competências e

emoções que devem ser exploradas para que os desafios escolares sejam superados. Quanto a educação inclusiva, é essencial reconhecer essas diferenças e proporcionar um ambiente que estimule o desenvolvimento de cada aluno de acordo com suas necessidades e habilidades.

Sobre esse contexto um estudo com participação da família no Centro de Apoio Pedagógico realizado por Moreira, Dos Santos e Costa (2024), relata apresentar mudança na concepção das mães acerca da aprendizagem de seus filhos. Diante do desconhecimento da deficiência, as famílias assumem uma condição de resignação, limitando-se apenas aos aspectos negativos. Quando lhes são apresentados conhecimentos referentes ao desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais, ocorrem as mudanças de concepção e o consequente aprendizado de seus filhos.

O gênero predominante dos responsáveis presente no encontro foi o feminino, com 70,83%. Esse dado reflete uma tendência observada também em outras pesquisas, como no estudo de Soares *et al.* (2023), no qual foi detectado que 85,7% dos responsáveis eram do gênero feminino. Historicamente, as mulheres têm assumido a maior parte das responsabilidades relacionadas à educação e cuidado dos filhos. Esse papel tradicional mantém-se visível nos dados apresentados.

O estudo de Mochon (2022) revelam um aspecto preocupante em relação ao envolvimento das famílias na vida escolar de seus filhos. Segundo o estudo, 78% das famílias pesquisadas não conhece os professores de seus filhos. Nesta pesquisa, 25% dos responsáveis foram ausentes. Esses números destacam a falta de interação e comunicação entre a família e a escola, fatores cruciais para o sucesso educacional e a inclusão efetiva dos alunos.

Para Carvalho *et al.* (2021), a inclusão efetiva, apesar do aparato legal, acontecerá se tanto a família como a escola estiverem engajadas no processo, numa relação de simbiose, ou seja, em trocas de informações com um diálogo aberto e afetivo. A inclusão efetiva é um processo dinâmico e colaborativo, que vai além da legislação.

Os estudos de Santos e Araujo (2022) indicam que muitas famílias enfrentam desafios para lidar com a inclusão social e escolar, e a inclusão da criança com autismo no sistema regular de ensino ainda não é tão comum. Silva e Menezes (2022) afirmam a grande importância da participação da família no processo de inclusão dos alunos com TEA, assim como para outros alunos com qualquer necessidade específica. E para Costa e Souza (2019) é evidente em todas as afirmações e conceituações que a participação dos responsáveis na educação favorece o processo de ensino-aprendizagem e contribui para a formação biopsicossocial.

A família deve integrar-se com a comunidade escolar, participar de redes de apoio, compartilhar conhecimentos e vivências para auxiliar o entendimento sobre o TEA, Silva e

Menezes (2022). Assis (2020) afirma que é necessário o desenvolvimento de estratégias e metodologias de ensino específicas, para a efetivação de um ensino diferenciado, focado não apenas nos conteúdos, mas nos interesses e habilidades de cada estudante.

Esse momento de interação que ocorreu na escola auxilia na compreensão das características pessoais dos alunos atípicos que não são apontadas por um diagnóstico médico e somente a família consegue perceber através da convivência. Essas informações apresentadas para o contexto da sala de aula, possibilita direcionamentos para que o professor se aproprie e utilize metodologias que possibilite o processo de educação na perspectiva inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de diagnósticos aponta uma complexidade do trabalho em um ambiente escolar. Reconhecer e responder adequadamente às variadas necessidades dos alunos atípicos é primordial para promover uma educação de qualidade. Esses dados também destacam a fragilidade do sistema educacional da atualidade. Para garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário ao seu desenvolvimento é preciso que ocorra muitas mudanças.

Os dados sobre as áreas de habilidades dos alunos destacam a diversidade e a riqueza das capacidades individuais em sala de aula, bem como os traços de personalidade e emoções dos alunos refletem a singularidade de cada indivíduo. Compreender e apoiar essas características é essencial para criar um ambiente escolar acessível.

Os desafios apresentados sublinham a importância de uma abordagem educacional inclusiva, personalizada e de suporte para atender às necessidades diversas dos alunos. Sendo que a colaboração entre família e escola é crucial para superar os desafios e promover um ambiente de aprendizado onde todos os estudantes possam prosperar.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar, Educação inclusiva, Ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Conselho Estadual de Educação. Resolução N.º. 48 / CEE/AP**, de 05 de setembro de 2012. Fixa normas para a oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Amapá.

ASSIS, C. S. D. **A inclusão de estudantes com o transtorno da esquizofrenia: um estudo de caso realizado em uma escola municipal do Recife**. Anais IV CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

CARVALHO, A. D. S. M. D. *et al.* TEA, família e escola - Trabalhando juntos, relacionamento empático. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, e136101522820, 2021.

COSTA, E. L.; SOUZA, J. R. S. FAMÍLIA E ESCOLA: AS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Khora**, v. 6, n. 7. 2019.

HAUSSLER, N. S. A.; SILVA, G. C. D.; SILVA, S. G. da. Ações de conscientização sobre o autismo no ambiente escolar. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–16, 2023.

MOREIRA, M. F.; DOS SANTOS, K. C.; COSTA, L. A. L. CAP/AP: vivências na perspectiva inclusiva. **Revista Conexão ComCiência**, e12039, n.1, v.4, 2024.

MOCHON, A. A. de A. *et al.* UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA COMO ELEMENTO POTENCIALIZADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS FILHOS. **Revista Humanidades e Inovação**, v.9, n.10. 2022.

SANTOS, M. N. D.; ARAUJO, R. S. A. O PAPEL DAS FAMÍLIAS NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). VIII Congresso Nacional de Educação. 2022.

SILVA, A. L. B.; MENEZES, A. M. C. O Papel da Família do Aluno Autista no Processo de Inclusão Escolar. **Id on Line. Revista de psicologia**, v.16, n. 64, p. 227-240, 2022.

SOARES, M. *et al.* PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). **Revista Brasileira De Educação Especial**, 29, e0125. 2023.